

Segredos e truques do pesquisador outsider

Entrevista com Howard S. Becker

Alexandre Werneck

Pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (Necvu) e editor de Dilemas

A entrevista que se segue foi feita entre fevereiro e junho de 2008, em uma felizmente longa troca de e-mails. É uma informação relevante, porque Howard S. Becker tem um estilo muito peculiar de conversação. É ao mesmo tempo incisivo e caloroso nas respostas, recusa-se a ser chamado de “Professor Becker” – “Eu não leciono mais”, diz ele, hoje aposentado e morando em São Francisco, mas ainda produzindo, como se verá abaixo. Exige o tratamento familiar de “Howie” (apelido que aliás nomeia sua página na internet, em <http://home.earthlink.net/~hsbecker/>) e diz que não responderá a tal ou tal questão porque a “idade avançada” – ele está com 80 anos redondos – lhe permite. Mas é capaz, ao mesmo tempo, de dar uma dezena de *replies* de e-mails em um mesmo dia, para refinar uma resposta sobre metodologia, no interior no qual aproveita para falar que aprendeu que a música brasileira – ele é pianista de jazz e vem ensaiando um retorno à carreira – não é apenas samba e Carmem Miranda, mas também “uma sofisticada gama de composições oriundas do jazz” (a bossa nova) e compositores como Tom Jobim e Chico Buarque, que ele cita com conhecimento das dezenas de fitas e discos de vinil que levou de suas várias visitas ao país. É o representante vivo mais celebrado das gerações fundadoras da chamada Escola de Chicago, o aglomerado de pensadores de várias casas – sobretudo o departamento de sociologia da University of Chicago – que, desde os anos 1910, revolucionou as ciências sociais nos Estados Unidos (e insemidou transformações semelhantes em vários países, como o Brasil) ao se centrar em sociologia/antropologia urbana e no uso de métodos etnográficos. Uma tradição que em sua primeira geração teve

nomes como Edward Frazier, Everett Hughes (orientador de Becker), George Herbert Mead, Robert E. Park. E, nas gerações seguintes, traria, entre outros, Herbert Blumer, Erving Goffman e o próprio Becker.

Howard Saul Becker nasceu em 1928, em Chicago. Em entrevistas anteriores – Debro (1970) e Velho (1990)¹ –, ele sempre sublinhou o caráter circunstancial de sua escolha pela sociologia. Precisava de um diploma, o pai queria que ele estudasse mais, ele queria fazer literatura. Mas por conta do interesse em descrições etnográficas, seguiu para as ciências sociais, mas não sem manter o jazz como a profissão que pagava as contas. Mas se a sociologia foi se estabelecendo um pouco a contragosto no começo, isso não impediu que ele, por sugestão de Hughes, interessado em sociologia das profissões, fosse estudar justamente o grupo de que fazia parte, os músicos de jazz de *night club*. O estudo acabaria por colocá-lo na direção que o levaria a publicar, em 1963, o seminal *Outsiders*, que finalmente está sendo lançado na íntegra em português (partes dele aparecem em *Uma Teoria da Ação Coletiva*, de 1977), e no qual ele apresenta uma de suas grandes contribuições para as ciências sociais, o estudo dos fenômenos de *labeling*, ou a “teoria dos rótulos” ou da rotulação (que ele hoje recusa a chamar de “teoria”). Nesta entrevista, Becker retoma o debate sobre rotulação que marcou várias pesquisas de sua carreira – desde o artigo sobre usuários de maconha que o colocou na vanguarda dos estudos de comportamento desviante até os estudos sobre artistas e suas estratégias para tocar juntos, que servem de tema de seu próximo livro, a ser lançado nos Estados Unidos ano que vem. Além disso, Becker fala de seu último trabalho publicado no Brasil, *Segredos e Truques da Pesquisa*, voltado para a metodologia tanto para a aproximação da pesquisa empírica quanto para a construção de uma explicação teórica em ciências sociais.

1 Uma vez que ambas as entrevistas são bastante abrangentes a respeito da biografia, das motivações de carreira e das relações de Becker com as ciências sociais brasileiras, esses temas não foram debatidos nesta conversa.

Apesar de sua carreira estar associada desde o começo a *Outsiders* (1963), nos últimos anos o senhor vem se dedicando a livros centrados em metodologia. Assim como *Segredos e Truques da Pesquisa* (2007), seu último trabalho a sair nos Estados Unidos, *Telling About Society* (2007), e, claro, outros tex-

tos anteriores, como *Writing for social scientists: How to start and finish your thesis, book, or article* (1986), têm mostrado um esforço para dizer às pessoas (inclusive aos próprios cientistas sociais) como os cientistas sociais trabalham e como esse trabalho pode ser bem feito. Essa aproximação de uma certa epistemologia sociológica tem produzido livros, digamos, “escolares” em vez de “relatos de pesquisa”. Como o senhor se voltou mais para um campo do que para o outro?

A pergunta faz todo sentido, mas de certa forma é também um mal entendido. Digo isso porque todos esses livros, todos os três, foram concebidos a partir de pesquisas, embora não talvez no sentido convencional do termo. Muitos dos “segredos e truques” são coisas que eu aprendi ou inventei no processo das pesquisas que estava fazendo. Sim, é verdade que esses livros não são “relatos de pesquisa”, embora se possa dizer que o livro sobre “como escrever” é, em grande medida, sobre a organização da vida acadêmica e a escrita, baseando-se em uma espécie de pesquisa informal calcada na participação nessas organizações. Mas eu também comecei a escrever esse material para responder a perguntas que me eram feitas por alunos e colegas. Quando chegou a um ponto em que eu já havia respondido a essas perguntas muitas vezes, concluí que eu poderia também fazê-lo por escrito. Então, a lógica intrínseca do próprio projeto tomou as rédeas e eu comecei a escrever coisas que eu não havia imaginado antes da escrita, mas que os processos de resposta e redação daquelas primeiras questões me trouxeram à mente. Daí eu comecei a ver uma “lógica” naquilo tudo e então... É habitual comigo as coisas acontecerem não porque eu tenha um plano ou uma intenção, mas porque uma coisa leva a outra, o que, no fundo, é como penso que quase tudo acontece em geral. Além disso, na verdade, o livro que acabo de finalizar, com meu amigo e colega de música Robert Faulkner, é um relato de pesquisa. Trata-se de um estudo sobre como músicos de jazz e similares nos Estados Unidos agem para ser capazes de tocar juntos muito bem, mesmo que nunca tenham tocado em parceria antes, ou sequer ensaiado, e sem ter nenhuma página de partitura diante deles. É uma sociologia da atividade musical e não um texto pedagógico.

O tema desse seu próximo livro [*Do you know...? The Jazz Repertoire in Action*, programado para julho de 2009 nos Estados Unidos] me sugeriu uma questão: a idéia de tocar junto sem ensaiar antes pode tornar implícito que haja grande criatividade ou grande competência para a improvisação, mas, ao mesmo tempo, permite pensar que a atividade musical tenha padrões amplamente difundidos e formalizados que todos os integrantes da atividade possam seguir (o que de certa forma é a antítese da imagem do artista criativo).

Bem, o livro não é exatamente sobre grandes artistas fazendo algo metido ou elegante ou particularmente criativo. Mas se vocês são quatro pessoas que não se conhecem e vocês precisam tocar em um bar ou para que as pessoas dançam pelas próximas horas vocês terão que encontrar coisas para fazer que soem aceitáveis, considerando que se trata de um trabalho. Esses quatro músicos talvez fossem preferir estar tocando jazz criativo no mais alto nível, mas isso é habitualmente secundário quando o necessário é apenas tornar a noite aceitável para o público. Apenas quando se consegue isso é que eles poderão pensar em ser criativos. O livro, então, é centrado no que você precisa saber para ser capaz de cooperar dessa maneira, onde os músicos aprendem o que necessitam saber, aquilo que eles têm que saber para conseguir fazer o que fazem etc. Por exemplo, quando alguém diz: “Vamos tocar tal música”, e se trata de uma canção que o outro desconhece, o habitual é que aquele que propôs apresente a primeira estrofe, então o outro toque a segunda. E fazem isso porque, quando ouvem essas estrofes pela primeira vez, eles usam uma competência adquirida muito cedo nessa atividade, que é a de transformar mentalmente aquilo que se ouve em algo que se possa tocar, o que exige muita prática e muito treinamento. É em coisas assim que o livro se concentra.

De volta aos livros de metodologia, publicar uma série de “como escrever”, “como pesquisar”, “como pensar” sugere uma atitude, digamos, “crítica”. Haveria algo claramente a corrigir na maneira como os cientistas sociais vêm escrevendo e pesquisando ultimamente?

Eu não chamaria de “crítica”. Minha intenção sempre foi ser útil às pessoas que estão fazendo trabalhos científicos na área e estejam enfrentando os problemas típicos, “útil” assim como um mestre carpinteiro pode ser útil a um carpinteiro aprendiz ou a outros carpinteiros que possam ter problemas em seus trabalhos. Entretanto, sou de fato crítico à maneira como em geral cientistas sociais e outros acadêmicos escrevem. Acho que muitos dos escritos acadêmicos são excessivamente prolixos, usam palavras difíceis, são redundantes e pretensiosos.

O senhor apresenta *Segredos e Truques da Pesquisa* como uma “caixa de ferramentas”, ou seja, um conjunto relativamente informal e intencionalmente não tão organizado de aparatos metodológicos. O texto se centra em procedimentos próprios para as investigações propriamente ditas mais do que nas formas de promover abordagens teóricas. O senhor chega, aliás, a negar a intenção de fazer uma teoria com o livro e diz que a “grande teoria” não é assim tão importante. Mas a impressão que se tem do livro é que ao se olhar para o todo desses “truques”, há ali uma “abordagem”, ou seja, um ponto de vista sobre o social – que de certa forma dialoga com a perspectiva do interacionismo simbólico, embora haja um olhar muito pessoal e peculiar. Como – veja que estou seguindo um dos “truques” sugeridos no livro, fazendo essa pergunta em vez de “por que?” – o senhor optou por essa recusa à teoria como objetivo da pesquisa, privilegiando a descrição? Além disso, no capítulo 4 do livro, o senhor diz que ser mais empírico ou mais abstrato é uma questão de gosto. Isso não faz a sociologia ficar literária demais?

Acredito que sociólogos e outros pensadores superestimam a importância da teoria e da teorização. E também acho que a maior parte das abordagens sociológicas, com todos os argumentos e distinções finas com os quais as pessoas tentam se justificar, tem em grande medida a mesma teoria de fundo, que é aquela de que as pessoas agem de acordo com a situação nas quais elas se encontram. Assim, embora cientistas sociais se preocupem tanto com teorias e métodos, eles usam em grande parte a mesma lógica. E os truques que sugiro no livro serão úteis para pessoas que tenham adotado teorias bas-

tante diferentes e metodologias bastante diversas, inclusive e sobretudo pessoas que usem teorias e metodologias distintas das minhas. Não sou um soldado alistado no “exército do interacionismo simbólico” ou na “armada dos métodos qualitativos”. Sobre determinadas opções de abordagem serem uma questão de gosto, isso não é uma observação prescritiva, dizendo o que as pessoas devem fazer. Trata-se de uma observação empírica, chamando a atenção para o fato de que cientistas sociais realmente fazem coisas cuja escolha é uma questão de gosto. Não tenho uma “posição” nesse tópico, o que acho é que as pessoas devem fazer o que elas quiserem e depois veremos, no curso do tempo, que métodos e idéias se mostram mais férteis e frutíferos.

Quando uma oposição como tal, entre “teoria” e “empíria” é colocada, ela sugere não apenas uma oposição entre *armchair sociology* e pesquisa no “mundo real”, mas antes a defesa de um modelo de ciências sociais, este mais americano, mais do *expert*, que se dedica a um objeto muito específico, sobre um outro modelo, este mais europeu, o do “grande intelectual”, que “sabe tudo de tudo” e faz uma grande teoria sobre o mundo. O senhor diria que precisamos ser mais específicos?

Quando falo em abordagem “empírica” estou me referindo apenas a questões (e a suas respostas) que surgem e que podem ser respondidas em referência à observação direta do mundo em que realmente vivemos imersos, ou seja, que cada tipo de questão em ciências sociais, apesar de cada uma fazer afirmações a respeito de como as coisas são, só podem ser respondidas por meio de investigações sobre como as coisas são. Se você me diz que a Lua é feita de queijo, então terá que me convencer disso, fornecendo-me evidências. Caso contrário, qualquer afirmação soará tão absurda quanto essa.

As várias abordagens oriundas do pragmatismo americano e da virada hermenêutica – como o interacionismo simbólico, a microssociologia, a etnometodologia e mesmo, mais recentemente, a sociologia pragmatista francesa e várias formas de sociologia e antropologia urbanas – são voltadas para objetos bastante microscópicos. Estudam-se usuários de maconha, músicos de jazz, motoristas, casais, estudantes, pessoas

no supermercado. O senhor diria que o interesse por essas correntes está associado a uma “complexificação do mundo” no sentido da percepção de uma ampliação da participação desses atores na malha do social, ou devemos considerar um elemento estético, ou seja, a busca de “novidades” no que diz respeito aos objetos em ciências sociais?

Nunca pensei que Erving Goffman, que tem sido associado ao que chamam de microssociologia, por exemplo, tivesse uma abordagem única para todo o mundo social. O que sempre achei é que ele havia demarcado um certo território dentro do qual havia algo que ele queria investigar. Da mesma forma, embora Harold Garfinkel tenha sido bastante grandioso no que propunha que a etnometodologia fosse usada, pelo menos inicialmente (e ainda entendo dessa maneira) ele queria entender as mais primitivas e básicas unidades de interação, a maneira como “entendimentos coletivos” surgem e são implementados. Ele foi um pouco longe demais, claro, ao insistir que tudo isso tinha que ser profundamente pesquisado e estabelecido antes que qualquer outro tipo de questão fosse colocada (e que qualquer outra pesquisa empírica prosseguisse), o que era obviamente absurdo. Assim, podemos dizer, tenho tomado como objeto as atividades coletivas que são parte da vida social que as pessoas convencionaram chamar de “as artes”. Não se trata de uma “abordagem diferente”, mas apenas uma diferente arena de investigação. Não se trata de um sistema Becker-Artes ou Goffman-Microinterações ou ainda Garfinkel-Etnometodologia. Não há motivo para que você não possa se utilizar de toda essa árvore. Além disso, eu não diria que haja um crescente interesse por arenas como essas em detrimento de outras. Há uma enorme quantidade de cientistas sociais interessados em trabalhar com todas as outras arenas que tradicionalmente têm sido objeto de estudo desde os primórdios das ciências sociais. O que não significa que não haja novas maneiras de se aproximar desses temas. Por exemplo, se você fala em “Estado”. Se você pensar nesse termo não como algo dado, mas como uma espécie de estenografia para todo o aparato considerado em todas as suas partes e com toda sua complexidade e confusão, então você estará mais distante de pensá-lo como um ator monolítico. A questão prática, aquela que eu gostaria de fazer, seria

o quão você pode entender melhor esses antigos objetos sem pensar neles como monolíticos.

Vários autores têm chamado a atenção para a necessidade de usar um conceito mais amplo e abstrato de “social” como objeto da sociologia em vez da tradicional idéia de sociedade, como algo institucional, “monolítico” como o senhor diz. Qual seria o caminho?

Sim, eu suponho que você possa dizer que é melhor falar em “o social” em vez de em “a sociedade”, mas desde que esse “social” inclua esse fenômeno mais largo e macroscópico, “a sociedade”. Quem acho que diz algo muito sensato nesse sentido é Bruno Latour, especialmente em seu último livro *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-network-theory* (2007) [*Originalmente* *Changer de Société: Refaire de la Sociologie* (2006)], no qual ele ressuscita a linguagem muito interessante de Gabriel Tarde, que torna claro um olhar sobre toda essa construção de pequenas interações e relações que, de certa forma, se acumulam naquilo que podemos pensar como unidades maiores ou mais extensivas.

A idéia de “truque” parece estar ligada à de tradução, a tradução de uma abordagem sociológica em ações simples metodológicas, mas sem dizer isso. Soa como: “como usar de maneira prática o interacionismo simbólico que você aprendeu teoricamente”. O senhor enunciaria um princípio geral a guiar os truques ou é tudo uma questão de bom senso?

Muitos dos truques, se não todos, são simplesmente coisas que eu ou meus colegas achamos que funcionava quando estávamos fazendo pesquisa. Se você quer descobrir como algo aconteceu, concluímos em nossas pesquisas que se você pergunta às pessoas “por que” eles fizeram aquilo, elas contarão um monte de histórias para justificar o que fizeram. Ao passo que se você pergunta “como” aconteceu, obtém uma descrição muito mais detalhada dos eventos que produziram o resultado no qual você se interessou. Se você estiver interessado justamente na maneira como as pessoas justificam suas ações, então perguntar “por que?” é útil. Entretanto, se você estiver interessado em mapear a seqüência que

conduziu ao evento X que você quer entender, então perguntar “como?” se mostra mais efetivo. Daí eu recomendar às pessoas interessadas nisso que elas perguntem “como?” em vez de “por quê?”

Segredos e Truques da Pesquisa também mostra que o trabalho do sociólogo é, por um lado, uma rotina, com ações bastante estritas; e, por outro lado, que é uma atividade que exige muita criatividade, sobretudo no caso das ações que o senhor sugere, para enxergar quando e como essas ferramentas devem ser usadas. Quanto de rotina e quanto de criatividade são necessárias para se fazer boa sociologia?

Pesquisa é trabalho duro e muitas vezes repetido, mas não significa que ela seja rotina. Todo trabalho, e certamente isso é verdade no tipo de atividade que é a ciência, exige constante inovação, ajustamento do que você faz às constantes mudanças nas circunstâncias com que temos que nos confrontar. Um bom sociólogo tem que ser criativo nisso, sabendo como ajustar o que faz às circunstâncias que ele encontra no campo. Ou seja, não é rotina, e se se parece com rotina é porque o sociólogo não está prestando atenção suficiente no que está fazendo.

Outsiders é até hoje considerado revolucionário e a teoria da rotulação (*labeling theory*) é uma das principais abordagens usadas em estudos de “conflito”, “violência” e “comportamento desviante”. Como o senhor analisa sua contribuição para esses estudos e o quão o senhor a considera atual?

Tenho dito sempre que a investigação dos rótulos envolvidos na produção do chamado comportamento desviante não é uma teoria. Trata-se de uma observação empírica, a de como esse processo se dá. Aquilo que é uma teoria – nunca comprovada e que em minha opinião nunca será porque simplesmente não é verdade – é a sugestão de que exista uma essência de desvio dentro das pessoas que “faz com que” elas ajam de maneira “desviante”. Se as pessoas ainda estão pesquisando o fenômeno da rotulação, então isso significa que a idéia ainda é útil. Eu mesmo usei uma variante dela para estudar artes. Aquilo que é classificado, rotulado, como arte

e aquilo que é ignorado por não ser considerado arte constituem em grande parte, uma questão de rotulação. O que me impressionou é como poucas pessoas tinham visto essa conexão, que eu achava óbvia.

Logo na introdução de *Outsiders* o senhor coloca a pergunta: “O que, então, as pessoas que têm sido rotuladas como desviantes têm em comum?” Sua resposta é que “o que se pode dizer no mínimo é que eles compartilham o rótulo e a experiência de serem rotulados como *outsiders*”. Essa afirmação (e o livro todo, na verdade) tem sido usada como ponto de partida para, claro, estudos sobre os chamados “comportamentos desviantes”, inclusive o seu. Mas uma afirmação como essa não acaba por dizer muito e talvez mais sobre aqueles que atribuem o rótulo (os “empreendedores morais”, como o senhor chama), os, digamos, *insiders*?

É preciso entender essa discussão em contexto. O que eu tinha em mente quando escrevi isso é que você não pode achar, quando olha para uma amostra de pessoas que receberam o mesmo rótulo (“ladrão”, “louco”, qualquer um), alguma característica social que eles tenham em comum. E também que você não tem como dizer que eles têm em comum o fato de terem praticado a mesma ação. Em outras palavras, se você toma as pessoas que foram rotuladas como “ladrões” você não conseguirá mostrar que todas elas realmente praticaram as mesmas ações que poderiam ser chamadas, sob uma certa definição, “roubo”. O que eles têm em comum são ações que outras pessoas praticam, principalmente a ação de chamá-los de “criminosos” ou de “malucos” ou qualquer outro termo negativo que se use contra eles. A mesma coisa pode ser dita dos rotuladores. A única coisa que eles têm em comum é o fato de que eles xingam outra pessoa. Eles podem ter outros traços em comum – foi o que tentei definir como “empreendedorismo moral”. Você pode, por exemplo, encontrar similaridades nos comportamentos de pessoas que atuam como policiais, porque eles agem sob condições similares e devem ter motivos similares para agir como tal. Na verdade, como se sabe, muita pesquisa nessa tradição tem se concentrado nas motivações profissionais construídas no trabalho policial ou no dos psiquiatras – é, por exemplo, um

dos principais assuntos de *Manicômios, Prisões e Conventos*, de Goffman (1974)

Sim, mas quando se pensa na “atividade” de rotulação e nos empreendedores morais, pode-se bem dizer (como o senhor, aliás, mostra em seu livro): a) pessoas que rotulam podem ter algum interesse egoísta; e b) pessoas que rotulam mostram igualmente forte engajamento moral (eles podem realmente acreditar nas regras morais que defendem). O que sugeri na questão anterior é que, quando se olha para a rotulação, pode-se obter muito mais informação a respeito dos interesses e do engajamento moral do que a respeito do desvio e dos desviantes, o que constituiria os, como chamei, *insiders* como um rico manancial de pesquisa, não é verdade? Em sua opinião, por que isso não constituiu um campo de estudos?

De fato, ninguém nunca criou um subcampo com esse nome. Mas na verdade ele até se tornou sim um campo de estudos em coisas como a pesquisa com polícia, no qual os pesquisadores dão bastante atenção a quem são os rotuladores, quais são seus motivos etc. Uma versão desse tipo de pesquisa que conquistou um nome para si foram os estudos de “acusações” e de “processos de acusação”. E é interessante que a primeira pessoa a chamar a atenção para isso tenha sido Gilberto Velho, em dois artigos que acredito terem sido publicados apenas em inglês (eu os traduzi). Eles eram baseados em sua pesquisa com jovens de classe média de Copacabana e centrados em como esses garotos eram rotulados como desviantes por seus pais e pelos aliados desses pais, como os psiquiatras, porque eles estavam interferindo nos projetos de mobilidade das famílias. São artigos muito importantes e representam um passo primordial para o esclarecimento e o refinamento das idéias a respeito. Nos Estados Unidos, essa maneira de pensar tem aparecido sobre a rubrica de *claims-making* e a principal fonte é provavelmente um livro de John Kitsuse e Malcolm Spector intitulado *Constructing Social Problems* (1977). A idéia deles é que nada é naturalmente um “problema social” e sim se torna um como resultado de ações de alguém ou algum grupo que o torna um problema social ao fazer reivindicações em torno do quão terrível tal ou tal situação seja.

O fato de historicamente ter sido privilegiado o estudo dos desviantes e não o dos *insiders* remete para o momento em que o senhor e outros pesquisadores optaram por estudá-los. Naquela época, estudos sobre músicos de jazz e usuários de maconha eram considerados revolucionários porque, como o senhor mesmo relembra, “ninguém estava trabalhando naquilo” (DEBRO, 1970). Ora, em grande parte isso acontecia porque esses eram assuntos “outsiders”, no sentido em que essas pessoas eram consideradas “imorais”, “erradas”, “criminosas” e as ciências sociais estavam bastante mais interessadas em estudar o que era “bom”. De certa maneira, então, pesquisar um tema como esse e fazer uma sociologia compreensiva do desviante era, e até hoje é, inevitavelmente, “assumir uma posição”. Ao olhar para trás, o quão o senhor avalia sua escolha como uma tomada de posição política? O senhor já foi rotulado de sociólogo “de esquerda”?

Bem, não foi uma posição política no sentido mais óbvio, o de estar casado a alguma agenda política. E certamente eu não era ligado a nenhum grupo político. Não era, pelo menos na superfície, nem algo de esquerda e nem algo de direita ou de centro; era apenas uma análise de como essas coisas se davam. Claro, no fundo, o que essa opção fez foi abrir para a pesquisa coisas que a maior parte das pessoas não achava que precisavam ser pesquisadas ou que não deviam ser pesquisadas, como: “Será que as definições daquilo que é mal são dadas por Deus ou estão na Bíblia ou em leis cuja correção não pode ser questionada?” Tornar a definição daquilo que é mal o resultado de um processo social em vez de resultado de uma revelação divina ou de uma dedução indiscutível e inegociável a partir de princípios inquestionáveis é inerentemente um ato político de ruptura, quer se tenha a intenção que o seja, quer não. Eu não era rotulado de pensador de esquerda na época, porque pensadores de esquerda eram afiliados a grupos políticos mais radicais e eu nunca me envolvi com grupos políticos de qualquer orientação (o último capítulo de *Outsiders* fala disso, assim como meu artigo “What About Mozart? What About Murder?” (<http://home.earthlink.net/~hsbecker/articles/mozart.html>)). Sempre houve confusão na sociologia e em outras ciências sociais entre a afiliação política atual do pesquisador e posições e consequências de longo prazo. Mas essa é uma longa história.

Permita-me sugerir um raciocínio a partir do seu e de outros pesquisadores: gostaria de propor juntar abordagens como a sua sobre a rotulação, a de Goffman (1988) sobre o “estigma” e outras, como a de Misse (1999) de uma “sujeição criminal”, sob uma mesma categoria. Eu as chamaria de “atribuições adjetivas” ou apenas de “adjetivações”. A idéia aqui é que em todos esses casos o que está em jogo é as pessoas serem objeto de associação a um adjetivo e não a um substantivo (o que os definiria mais identitariamente, mais grupalmente). O quão o senhor vê proximidades entre sua abordagem e as desses outros autores e o quão estaria de acordo em considerar a rotulação uma adjetivação? Parece-me que os capítulos 8, 9 e 10 de *Outsiders* tratam justamente de como um adjetivo por ser socialmente legitimado, o senhor estaria de acordo?

É uma bela maneira de apresentar. Não tenho certeza se muda alguma coisa, mas é sempre útil rerepresentar as idéias em uma linguagem mais contemporânea e olhar para o desvio como uma questão de atribuição de adjetivos soa como uma boa jogada. Eu teria que pensar mais a respeito do que meu tempo me permite agora. Entretanto, “o quanto um adjetivo precisa ser justificado, legitimado, publicamente” é de fato uma ótima questão e eu diria que a resposta é empírica. Ou seja, a resposta é que um adjetivo precisa ser justificado na medida em que isso seja exigido na situação em que ele é usado. Um ótimo modelo para isso, de um campo totalmente diferente, é a descrição de Bruno Latour sobre como um “fato” científico é justificado, em seu livro *Ciência em ação* (2000). É um livro maravilhoso.

O senhor é famoso também por conta de seu estilo de escrita. Outros sociólogos escrevem e têm ficado famosos por escreverem de maneira informal, por exemplo Richard Sennett ou Zygmunt Bauman. Mas eles e vários outros fazem isso em ensaios. Em seu caso, seus livros de pesquisa sociológica são apresentados com seu estilo peculiar de prosa. Pode ser uma pergunta repetitiva, mas, sobretudo diante de *Segredos e Truques da Pesquisa* isso se justifica: o quão simples uma idéia complexa pode ser apresentada?

Seriam necessárias 50 páginas para discutir isso adequadamente! Bem, idéias sobre a sociedade não são tão comple-

xas assim. Muitas de minhas sugestões para refinar a escrita acadêmica não são para simplificar idéias, elas são sugestões para se livrar das fórmulas acadêmicas que nada comunicam, ou aquilo que em francês eles chamam de *fioritures*, embelezamentos desnecessários que apenas confundem os leitores. Não recomendo que as pessoas simplifiquem nada, apenas que elas digam as coisas de uma maneira concisa e clara, mas nunca perdendo nenhuma nuance de significado. A idéia de que idéias complexas exigem linguagem complexa é falsa e enganosa.

Referências

- BECKER, Howard S. (1963), *Outsiders: Studies in sociology of deviance*. Nova York, The Free Press/Londres, Collier-Macmillan.
- _____. (1977), *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (1986), *Writing for social scientists: How to start and finish your thesis, book, or article*. Chicago, University Of Chicago Press.
- _____. (1993), *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (2007), *Telling about society*. Chicago, University Of Chicago Press.
- _____. (2007), *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- DEBRO, Julius. (1970), “Diálogo com Howard S. Becker”. *Issues in Criminology*, Vol. 5, nº 2.
- GOFFMAN, Erving. (1988), *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, LTC.
- MISSE, Michel. (1999), *Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- VELHO, Gilberto. (1990), “Uma entrevista com Howard S. Becker”. *Estudos Históricos*, Vol. 3, nº 5, pp.114-136.